

# Estudos do Trabalho

Ano XIV – Número 25 – 2020

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

## **Algumas Lições Que Não Devem Ser Esquecidas no Momento de Um Possível Retorno ao Anormal**

**Alain Bihr<sup>1</sup>**

Ainda que eventualmente a crise global causada pela pandemia Covid-19 retorne ao *status quo ante*, o que por enquanto não é certo, ela nos deu lições sobre as necessidades (imperativas e emergentes) e sobre as possibilidades (potencialidades e oportunidades) contidas no atual estágio de desenvolvimento do modo de produção capitalista. Essas lições devem alimentar o pensamento crítico das forças sociais que ainda têm os meios para abrir novos caminhos, incluindo aquilo que pode a sua superação revolucionária [1].

1. A pandemia Covid-19 causada pelo sarS-CoV-2 faz parte de uma longa história de pandemias virais que se aceleraram nas últimas décadas. HIV/AIDS (apareceu em 1981), Síndrome Respiratória Aguda Grave (SARS) que se manifestou entre novembro de 2002 e julho de 2003 (já causado por um coronavírus, o SARS-CoV), a gripe aviária em 2004 devido ao vírus H5N1, a gripe provocada pelo vírus H1N1 em 2009, o MERS-CoV que assola o Oriente Médio desde 2012, a gripe aviária provocada pelo vírus H7N9 em 2013 - sem sequer mencionar os surtos de Ebola na África Ocidental e do Zika no Brasil ou da dengue, cuja prevalência continua a se espalhar globalmente - são os exemplos mais conhecidos de algumas dezenas de doenças emergentes ou ressurgentes. A hipótese mais aceita, e por muitos sustentada, é que essas são manifestações de *zoonoses*, ou seja, são doenças causadas pela transmissão de agentes infecciosos

---

<sup>1</sup> Sociólogo francês, professor da *Universidade Franche-Comté*. A tradução do francês é de Tatiana Fonseca Oliveira, doutora em sociologia pela Unicamp e professora da Universidade Côte d'Azur, França.

# Estudos do Trabalho

Ano XIV – Número 25 – 2020

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

(principalmente virais), proveniente das espécies animais, selvagens ou domesticados, à espécie humana. Essa é a razão pela qual um bom número de tais epidemias são denominadas com nomes de espécies animais.

O primeiro aspecto, a transmissão é facilitada pela pressão da espécie humana sobre ambientes naturais que multiplica as oportunidades de contato entre justamente a espécie humana e as espécies animais silvestres (mamíferos, aves, cobras, insetos, artrópodes) que vivem lá. Este é obviamente o caso quando a mania pela carne desses animais se desenvolve. Mas, de forma mais ampla, é a destruição de seus nichos ecológicos como resultado do desmatamento, causado pela disseminação de culturas, pecuária, mineração, habitat, estradas e rodovias, etc., que obriga essas espécies a buscar refúgio em ambientes regularmente frequentados ou mesmo permanentemente ocupados por seres humanos. O aumento desses contatos promove a transmissão de agentes que, embora sejam benignos nos animais silvestres em questão, podem se tornar patogênicos ao passar para os humanos. Especialmente porque essas transmissões interespecíficas são regularmente acompanhadas de mutações genéticas.

O segundo aspecto envolve, entre outras coisas, a agricultura industrial. Robert G. Wallace mostrou que o agronegócio capitalista contribui de muitas formas para o desenvolvimento de pandemias virais na espécie humana [2]. O mecanismo é sempre o mesmo. O agente infeccioso é originalmente abrigado de forma benigna por uma espécie de animal selvagem. É ainda mais provável que seja transmitida a animais domesticados que se encontram concentrados em fazendas como aquelas que o agronegócio dá origem, por razões de economias de escala e ganhando maior participação no mercado; porque a uniformidade específica e o aumento da densidade dos animais de fazenda são fatores que enfraquecem suas barreiras imunológicas. Além disso, a localização frequente dessas fazendas perto de áreas de habitações populares, que lhes proporcionam a maior parte de sua mão-de-obra, como é o caso das periferias, especialmente aquelas localizadas nas regiões tropicais, favorece as então zoonoses, que se espalham facilmente dessas

# Estudos do Trabalho

Ano XIV – Número 25 – 2020

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

periferias para centros urbanos, onde a disseminação será ainda mais intensa. Além disso, ao globalizar o comércio, o agronegócio abre caminho para a disseminação global desses vírus, começando pelos contágios entre as mesmas espécies e, em seguida, entre espécies diferentes. Finalmente, ao submeter ao mesmo tempo os vírus a receptores animais e humanos muito diversos, e constantemente revezados, multiplicam-se as oportunidades de transição e a probabilidade de mutações genéticas dos vírus transmitidos, promovendo assim o surgimento de cepas patogênicas para humanos mais ou menos virulentos, e tudo de modo muito acelerado. Em suma, em muitos aspectos, "o agronegócio está em guerra com a saúde pública".

As lições que podemos aprender com isso são imediatas e radicais. Se nada for feito para pôr fim a essas práticas destrutivas, outras pandemias desse tipo, talvez até mais severas do que a que estamos vivenciando atualmente, certamente vão acontecer nos próximos anos [3]. De forma mais geral, a crise atual prevê outras que terão as seguintes duplas características: encontrar sua causa imediata em uma ou outra das muitas facetas da catástrofe ecológica global na qual o capitalismo nos propiciou, colocar em jogo a vida das populações em uma escala que pode ser planetária. Como resultado, o movimento revolucionário deve colocar as questões ecológicas, em todas as suas dimensões, no centro de suas preocupações: a transformação socialista da sociedade não pode não ser ecossocialista.

De modo imediato, isso significa lutar para pôr fim a todas as atividades e práticas anteriores, identificadas como causas diretas ou indiretas de pandemias. Isso inclui o desmatamento e a destruição de ambientes selvagens, especialmente em áreas tropicais, e tudo o que os promove, incluindo a extensão da agricultura e a pecuária intensiva, que também são responsáveis por outros riscos à saúde pública (uso maciço de fertilizantes artificiais e pesticidas, uso de OGMs, etc.). Da mesma forma, devemos pôr fim aos latifúndios, largamente comprometidos com essas práticas nefastas, e voltarmos às práticas agrícolas, assim como àquelas de cultivo, menos extensivas e menos intensivos,

# Estudos do Trabalho

Ano XIV – Número 25 – 2020

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

principalmente preocupados com a biodiversidade animal e vegetal, em todos os níveis de ocupação humana da Terra, ainda mais nas áreas onde o homem ainda não ocupou permanentemente. Devemos também pôr fim a essa aberração econômica e ecológica que constitui uma extensão em dimensões planetárias dos canais de distribuição de alimentos, promovendo circuitos curtos, portanto, locais. Mas para que as inflexões anteriores sejam realmente possíveis, as práticas de consumo devem ser modificadas, de modo particular uma redução na oferta de carne, uma vez que o aumento dessa oferta é apoiado e legitimado globalmente. A questão da saúde pública está também colocada em nossos pratos.

2. A pandemia atual não pôde ser prevista porque as pesquisas científicas realizadas após pandemias anteriores (incluindo a pandemia SARS em 2002-2003) foram rapidamente abandonadas nos anos sucessivos. Em relação às pesquisa pública, elas foram vítimas da austeridade orçamentária, agravada ainda mais pela crise financeira de 2007-09, que levou à restrição e até mesmo eliminação do já apertado financiamento que lhes eram dedicados, tanto nacional quanto internacionalmente[4]. Quanto à pesquisa privada, que atua no âmbito de empresas farmacêuticas transnacionais, cuja principal preocupação certamente não é a saúde pública, mas a valorização máxima de seu capital [5], sempre teve, por definição, pouco interesse, menos meios para o desenvolvimento de medicamentos ou vacinas cuja rentabilidade é questionável, tendo em vista os longos anos necessários para desenvolvê-los e a incerteza quanto à existência final de uma demanda de solventes, dada a probabilidade desconhecida de recorrência de tais episódios epidêmicos. No entanto, nos últimos anos, foi acionado o alarme por parte de alguns pesquisadores, e também por parte do aparato policial e militar [6], para alertar os políticos, especialmente os responsáveis pela saúde pública, contra o risco e a quase certeza de tais recorrências – mas o sinal não teve sucesso. A pandemia atual provou que eles estavam perfeitamente certos em retrospectiva.

# Estudos do Trabalho

Ano XIV – Número 25 – 2020

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

Se certos pesquisadores, preocupados com a luta contra a recorrência das pandemias virais, têm boas razões para estarem amargurados, este não é o caso de alguns de seus colegas que claramente se beneficiaram de financiamento necessário e suficiente para alcançar “sucesso”... para amplificar a virulência de alguns desses vírus, que são, no entanto, grandes ameaças à saúde pública [7]. Em dezenas de laboratórios ao redor do mundo, na Europa, nos Estados Unidos, no Japão, na China ou ainda na Rússia, estão sendo realizadas pesquisas para produzir esses vírus "aprimorados", com seus "ganhos de função" (denominação oficial) obtidos através da manipulação genética. Assim, em 2011, dois virologistas, Ron Fouchier e Yoshihiro Kawaoka, tornaram-se famosos por anunciarem que haviam mutado o vírus da gripe aviária H5N1, que é naturalmente transmitido apenas de aves para humanos, de modo a torná-lo capaz de transmitir diretamente entre humanos! E, dois anos depois, as mesmas pessoas propuseram manipular o vírus da gripe aviária H7N9 desta mesma forma. Tudo sob o pretexto de estudar como esses vírus sofrem mutações, mas o mais provável motivo é o de "aumentar" os arsenais da guerra bacteriológica que constituem o quartel-general dos principais exércitos, ao mesmo tempo em que declaram que nunca os usarão... em primeiro plano! Isso significa que, embora os citados estejam entre os únicos a reconhecer esse tipo de manipulação para dar à luz *frankenvírus* em seus tubos de ensaio, eles obviamente não são os únicos: um laboratório dos EUA se divertiu, assim, recriando o vírus da famosa gripe espanhola, que causou entre 40 e 50 milhões de vítimas em 1918-1919.

Some-se a este inventário dos horrores científicos em curso, apesar de todas as precauções tomadas, o fato dos funcionários dos laboratórios que realizam esse tipo de pesquisa não serem imunes à contaminação, nem esses laboratórios são perfeitamente impermeáveis. Em suma, o vírus que é manipulado lá, "aumentado" ou não, pode escapar e contaminar esses funcionários, além do pessoal em questão, seus parentes, seus vizinhos, todas as pessoas que encontram em suas jornadas, etc. Vazamentos desse tipo são tão numerosos quanto os que emanam dos recintos de usinas nucleares, que também são considerados perfeitamente seguros pelos *nucleocratas*. Tanto que, três vezes nos

# Estudos do Trabalho

Ano XIV – Número 25 – 2020

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

últimos cinco anos, as autoridades norte-americanas tiveram que declarar a suspensão desta pesquisa em laboratórios sob sua supervisão, devido às falhas detectadas em sua segurança [8].

Que lições podemos tirar com essas experiências ? Por um lado, é evidente que é necessário garantir a independência dos pesquisadores tanto em relação aos industriais quanto aos governos, garantindo o financiamento necessário para pesquisas consideradas necessárias ou prioritárias do ponto de vista da defesa da saúde pública. Mas, por outro lado, neste campo como em qualquer outro, a pesquisa científica é muito séria e preciosa para que sua direção e controle sejam abandonados apenas aos cuidados dos cientistas, sob o risco de dar rédea livre aos delírios de todo o *Dr. Fantástico* que existem entre eles, delírios muitas vezes encorajados por industriais e governantes. A conciliação entre essas injunções contraditórias deve ser buscada na instituição de procedimentos democráticos de deliberação e tomada de decisão na seleção de pesquisas e financiamentos de tais pesquisas, envolvendo pesquisadores e populações, que muitas vezes têm um sentido aguçado das necessidades e emergências em termos de doenças, ordinárias ou excepcionais, para aliviar ou melhorar suas condições comuns de existência.

**3.** A pandemia Covid-19 se espalhou como fogo como resultado da expansão e intensificação das transações econômicas transnacionais. A lição a ser aprendida é evidente: se, no futuro, queremos prevenir, se não pelo menos limitar, e coibir a disseminação dessas pandemias, que são muito propensas a se repetir nas condições atuais, a escala e a velocidade dessas trocas devem ser reduzidas realocando unidades produtivas o mais próximas possível das populações cujas necessidades devem atender.

Mas prevenir os efeitos das pandemias não é o único argumento a favor de uma tal inflexão para que as lições a serem aprendidas com esta crise nos permitam avançar. Ao mesmo tempo, revelou-nos a extrema fragilidade da infraestrutura produtiva nascida da transnacionalização do capital. Os mais idosos (incluindo o autor dessas linhas) irão lembrar, não sem alguma nostalgia, da capacidade conflitante que os trabalhadores

# Estudos do Trabalho

Ano XIV – Número 25 – 2020

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

especializados, operando ao longo das cadeias mecanizadas e taylorizadas da indústria fordista das décadas de 1960 e 1970, haviam demonstrado praticando o que era chamado de "greves de tampão" na época: tudo o que tinham que fazer era parar de produzir em uma determinada oficina ou em um segmento-chave das cadeias produtivas para bloquear a produção em todas essas cadeias. No entanto, com a intenção, em princípio, de se libertar dessa capacidade de conflito proletária, a planta pós-fordista "fluida, flexível, difusa e nômade" de fato só estendeu essa fragilidade para todo o planeta: basta que, por alguma razão (desastre natural, grande crise de saúde, guerra... ou greve), um dos principais elos (um estado, uma região, uma zona industrial, às vezes um empreendimento simples) das "cadeias de valor" globais é momentaneamente quebrado para que toda a cadeia esteja paralisada. Se tais acidentes são sempre prejudiciais à valorização do capital apoiado por tais cadeias, eles têm apenas um pequeno impacto no bem-estar das populações, desde que essas cadeias produzam bens tão fúteis quanto o *i-Phone* mais recente ou o *tablet* mais recente, exceto, é claro, para os *smartiananos* [9] mais viciados ...

Mas isso é bem diferente quando se trata de necessidades básicas, como medicamentos, gel hidroalcolólico, máscaras protetoras ou aparelhos respiratórios cuja a carência foi severa nas últimas semanas. É precisamente isso que a pandemia atual revelou, lembrando também o fato de que houve repetida ou mesmo uma escassez crônica de medicamentos na Europa nos últimos anos: "Hoje, apenas 22% dos medicamentos reembolsados na França são produzidos localmente - 17% dos medicamentos usados em hospitais e 2% dos medicamentos anticancerígenos. Mesmo para os de origem francesa, a matéria-prima vem principalmente do exterior: China e Índia são responsáveis por 61% dos locais de produção de substâncias ativas"[10]. E esta não é uma situação única para a Europa, é também, por exemplo, a do Canadá [11] ou dos Estados Unidos [12].

Em outras palavras, a atual pandemia revelou até que ponto a "globalização" do capital enfraqueceu o sistema de saúde e prejudicou a segurança das populações,

# Estudos do Trabalho

Ano XIV – Número 25 – 2020

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

tornando-as dependentes dos sistemas de produção e comércio colocados não apenas em seu próprio controle, mas também no controle das autoridades políticas e das administrações públicas de saúde [13]. Se a segurança alimentar das populações levou à exclusão da produção agrícola dos regulamentos da Organização Mundial do Comércio (OMC) após o fracasso da Rodada de Negociações de Doha (2001-2006), a segurança sanitária dessas mesmas populações deveria também ser considerada. E os mesmos argumentos servem para a agricultura local e os canais de distribuição curtos podem e devem ser desenvolvidos para "realocar" a produção de bens e serviços necessários à saúde pública. A situação criada pela pandemia atual oferece uma oportunidade de impor tais medidas que precisam ser urgentemente tratadas [14].

A defesa de uma "realocação" das atividades produtivas também pode ser reforçada por dois argumentos adicionais, que vão além das considerações sobre a pandemia atual, sem ser, no entanto, estranho a ela. Por um lado, a transnacionalização do capital tem se baseado na extensão e intensificação do movimento físico (transporte) de bens e pessoas, às vezes de modo verdadeiramente aberrante [15], mesmo que esta não seja sua única ou mesmo sua principal dimensão. No entanto, dificilmente é necessário lembrar como o transporte (terrestre, marítimo, ar) são importantes contribuintes para a emissão de gases de efeito estufa, especialmente o dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>) da combustão de hidrocarbonetos que servem como seu combustível [16]. A "globalização" do comércio é, portanto, um dos fatores-chave para o agravamento contínuo da crise climática; e a "realocação" das atividades econômicas é uma das condições fundamentais para mitigar essa crise. Onde encontramos a ligação entre a pandemia atual e a crise ecológica global, na qual está engajada a arrogância da empresa capitalista no planeta Terra.

O "remanejamento" das atividades produtivas é a condição para incentivar o controle populacional do aparelho produtivo, o que não é desejável apenas no que diz respeito à produção de bens e serviços de saúde, como será visto mais a frente. Tal



# Estudos do Trabalho

Ano XIV – Número 25 – 2020

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

controle, é claro, requer a socialização dos meios de produção e da autogestão das unidades produtivas. Mas também implica o planejamento democrático de toda a produção social, a fim de ajustar os meios disponíveis no trabalho morto (meios de produção) e no trabalho vivo (forças de trabalho) às necessidades sociais a serem atendidas, ou recusadas por ordem de prioridade, a definição de que terá de ser objeto de deliberação e decisão coletiva. No entanto, todas as outras coisas sendo iguais, as dificuldades de tal democracia econômica inevitavelmente aumentam com a escala da população, seu espaço de residência, suas necessidades e as unidades produtivas a serem coordenadas. Suas chances de sucesso são, portanto, ainda maiores, se essa escala é reduzida.

Finalmente, os desenvolvimentos anteriores não constituem um apelo para qualquer pronunciamento em favor de qualquer autarquia. Embora eles sugiram claramente que as sociedades humanas estão ainda mais no controle de seu destino porque elas têm que contar e só podem confiar em suas próprias forças, elas não defendem a retirada e a ignorância dos benefícios da solidariedade em todas as suas formas, de acordo com os princípios do federalismo libertário. Esses princípios é o da defesa, portanto, da autonomia econômica, política e cultural das sociedades humanas, que não excluem as relações entre elas, mas as subordinam às suas próprias orientações internas e princípios de organização, o que está em consonância com o significado etimológico da palavra autonomia.

**4.** A pandemia não poderia ter sido interrompida na escala e na velocidade possíveis e desejáveis devido aos claros cortes nos gastos com saúde pública nas décadas anteriores. Embora isso já tenha sido amplamente documentado na forma de inúmeros testemunhos, a avaliação macabra das dezenas de milhares de existências que foram deliberadamente sacrificadas pelos altos sacerdotes e pequenos clérigos dos ministérios, administrações e órgãos tutelares de saúde pública no altar da austeridade orçamentária, com o fechamento de instituições e serviços de ressuscitação e restrições à contratação de

# Estudos do Trabalho

Ano XIV – Número 25 – 2020

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

peçoal. Isso apesar dos protestos e advertências desses mesmos funcionários que muitas vezes só receberam como respostas o silêncio arrogante, o desdenho e o gás lacrimogêneo. Todos os (ir)responsáveis pelo desastre que acabamos de vivenciar terão que ser responsabilizados, politicamente, obviamente, mas também judicialmente, se necessário [17].

A lição a ser aprendida imediatamente é que devemos pôr fim a essa austeridade, lançar um amplo plano público para o sistema de saúde, incluindo o cancelamento da dívida hospitalar, a reabertura de instituições e serviços fechados, a contratação maciça de pessoas e a reavaliação de seus salários, etc. [18]. Mas a crise da saúde também revelou que parte da disfunção dos aparelhos sanitários não se deve apenas à escassez de equipamentos e pessoal, mas também à sua natureza burocrática. No caso francês, isso se reflete, em particular, pelo fato de todo o sistema de saúde ser centrado no hospital, público ou privado, portanto, na medicina curativa e especializada, em detrimento de estruturas descentralizadas que praticam medicina preventiva e generalista [19]. É em torno dessas estruturas básicas, combinando clínicos gerais e médicos, que o sistema de saúde deve ser reorganizado, não deixando de associar as atividades das populações e as gestões que efetuaram juntos a essas estruturas [20].

Mas, para além das deficiências do sistema de saúde, a crise sanitária causada pela pandemia revelou muitas outras necessidades sociais às quais o capitalismo contemporâneo responde muito mal. Começando com o problema da habitação. Exigir que todos permanecessem confinados em suas casas para conter a pandemia rapidamente revelou a natureza inabitável de uma parte significativa do alojamento popular, particularmente em grandes complexos urbanos e periferias. Na França, em 2013 (últimos números conhecidos), um quinto dos todos os moradores de habitações popular e medianas reclamou de "sinais de umidade em paredes", "problemas de isolamento térmico de paredes ou telhados" e "janelas que permitem que o ar passe anormalmente" enquanto quase um em cada oito teve que suportar viver com prédios colados ao seu numa

# Estudos do Trabalho

Ano XIV – Número 25 – 2020

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

distância de menos de dez metros; quase uma em cada seis unidades habitacionais públicas estava superlotada em comparação com apenas 3% das moradias individuais; e, mesmo em habitações realizadas entre 1999 e 2013, quase um em cada dez ocupantes teve que suportar o isolamento sonoro ineficaz, que era mais prejudicial à noite do que durante o dia, novamente com um forte contraste entre habitações individuais e comunitárias, bem como entre famílias pobres e ricas [21]. Uma investigação mais detalhada, sem dúvida, revelaria muitas outras fontes de incômodo. Portanto, não deve ser surpresa que, muito rapidamente, a contenção tenha se tornado insuportável para algumas das populações tão mal alojadas, que, portanto, ocuparam o espaço público circundante, desafiando assim as proibições oficiais e a polícia responsável por aplicá-las, o que levou a múltiplos incidentes, alguns deles assassinatos. Ainda assim, a pesquisa de habitação do INSEE, que tem como objeto de análise a habitação comum, focando apenas marginalmente na situação dos sem-teto e dos que vivem em presídios ou centros de detenção, mostra como o confinamento degradou e tem degradado ainda mais a situação.

Observações semelhantes podem ser feitas sobre outras necessidades sociais, também reveladas pela atual pandemia, como a negligência ou maus tratos que um grande número de pessoas estão sujeitas no capitalismo contemporâneo. O confinamento das populações interrompeu abruptamente a educação em todos os níveis. A implementação apressada de soluções de tele-educação revelou, sobretudo, como elas ainda estão em sua infância, pelo menos na educação pública, e não foram projetadas para serem articuladas com o ensino presencial, que continua sendo indispensável e o único a treinar os alunos a utilizar recursos online. As deficiências deste último são um grande obstáculo para a disseminação da tele-educação, assim como a existência na outra extremidade do circuito de comunicação das condições de trabalho em casa capazes de possibilitar sua exploração intensa; e voltamos às condições precárias de moradia que uma parte da população tem que suportar. E as mesmas observações podem ser feitas sobre o acesso a bens e serviços culturais. Para darmos algum exemplo, a digitalização de bibliotecas públicas e outros

# Estudos do Trabalho

Ano XIV – Número 25 – 2020

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

centros de recursos ainda é muito inadequados, quando não é simplesmente abandonados às operações comerciais: em 2018, o projeto Gutenberg levou à digitalização de menos de sessenta mil livros, enquanto no ano passado o Google Books já oferecia cerca de quarenta milhões de livros, muitos dos quais foram inclusive saqueados [22].

Entre as necessidades sociais mais vitais estão o cuidado de dependentes: crianças pequenas, adultos com doenças de longa duração, deficientes ou inválidos, idosos, etc. Mais uma vez, o confinamento e a paralisação parcial dos serviços geralmente dedicados a eles revelaram a situação precária de alguns deles, especialmente os idosos em casa, cujo cuidado tem sido muitas vezes devido apenas à corajosa continuidade da atividade dos profissionais desses serviços e à solidariedade da família ou dos amigos do bairro, e sempre com o risco de contaminação. Arranjos que aponta para o estado miserável dos modos de satisfação das necessidades sociais por um capitalismo que se orgulha, além disso, de ter alcançado o estágio máximo da civilização humana.

O quadro desta situação não estaria completo se não identificarmos, finalmente, como as últimas semanas de confinamento colocaram em destaque a extensão e cronicidade das desigualdades sociais, e como é necessário lutar para superar todos os aspectos da existência individual e coletiva sob o capitalismo [23]. É bem evidente, por exemplo, que o confinamento não teve o mesmo significado para àqueles que o viveu numa agradável casa de campo ou num HLM<sup>2</sup> suburbano esquálido; ou, dependendo, se o equipamento de computador da casa é adequado para satisfazer os usos específicos e simultâneos de cada um de seus ocupantes ou que, pelo contrário, este equipamento é inexistente ou é um objeto que quando pode ser usado, deve ser usado com parcimônia. Quanto às desigualdades entre homens e mulheres na divisão social do trabalho, essas também ficaram particularmente evidentes. Sobretudo, devido ao fato dos cuidados e das assistências erigidos como uma emergência social, vistos como uma virtude proeminente feminina: foram as mulheres que, em sua maioria, estiveram na vanguarda entre os

---

<sup>2</sup> HLM (Habitation à Loyer Modéré). Alojamentos destinados a pessoas de baixa renda.

# Estudos do Trabalho

Ano XIV – Número 25 – 2020

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

funcionários dos hospitais e do Ehpap<sup>3</sup> [24]. Dada a contínua desigualdade na divisão do trabalho doméstico, ainda são as mulheres que, cônjuges e mães, tiveram que assumir o trabalho doméstico adicional gerado pelo confinamento de todos os membros de suas famílias. Além disso, foram as principais vítimas do aumento da violência doméstica, que o confinamento também desencadeou [25]. E observações semelhantes podem ser feitas em relação a outras dimensões das desigualdades sociais, como desigualdades entre grupos étnicos ou étnico-raciais [26].

5. A gestão da crise deflagrada lembrou-nos que o Estado (os Estados) é e continua sendo o último recurso do capital. Neste caso altamente crítico, ele essencialmente assumiu três missões. Por um lado, no futuro imediato, salvar o capital através de uma injeção financeira: garantindo os empréstimos que as empresas tiveram que tomar para lidar com suas perdas operacionais; diferindo os prazos de pagamento de suas taxas obrigatórias (impostos e contribuições previdenciárias); encarregando-se totalmente ou parte do custo do desemprego técnico a que seus funcionários foram forçados; prorrogando a duração do benefício de determinada renda social (auxílio-desemprego) e pagamento de salários de servidores públicos e outros agentes estatais; fornecendo subsídios excepcionais para empresas e famílias (este tem sido o caso mesmo nos Estados Unidos), etc. Enquanto isso, sem dúvida, amanhã, outros subsídios excepcionais, de recuperação de dívidas, de nacionalizações, etc., e isso sem mencionar os planos de estímulo que serão necessários para impulsionar a recuperação (o reinício da "economia") estimulando o consumo e o investimento, especialmente nos setores mais afetados pela paralisação (turismo, hotéis, restaurantes, teatros, transporte aéreo, etc.). Tudo isso com um enorme déficit orçamentário e um aumento acentuado da dívida pública (no sentido mais amplo: dívida de estados, governos locais e administrações de assistência social – imagine o custo da pandemia para o seguro de saúde), especialmente porque a contração da atividade produtiva resultou na receita pública (principalmente impostos indiretos

---

<sup>3</sup> Ehpap (Etablissement d'hébergement pour personnes âgées dépendantes). Um estabelecimento médico-social encarregado de acolher as pessoas idosas que não são mais autônomas.

# Estudos do Trabalho

Ano XIV – Número 25 – 2020

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

perdidos e contribuições sociais, adiados ou revogados). De acordo com o FMI, a dívida pública poderá aumentar cerca 13% do PIB global [27], ou mais de US \$ 10 trilhões.

Em sua tentativa de resgatar o capital financeiro, os Estados têm sido auxiliados pela intervenção maciça dos bancos centrais. Alguns (o Banco da Inglaterra, o Banco do Japão) até os financiaram diretamente. Os outros (o Federal Reserve dos EUA, o Banco Central Europeu) forneceram aos operadores financeiros (principalmente bancos privados) a liquidez necessária (compensando assim o risco de contração do mercado interbancário) e exerceram pressão para baixo sobre as taxas de juros, comprando títulos massivamente públicos (mas também privados) no mercado de ações. E tudo isso, deve ser mais uma vez sublinhado, na contracorrente de todos os dogmas da doutrina neoliberal, que através tantos artigos de fé, inabaláveis e indiscutíveis, fingem ignorar esse aspecto ao continuarem a defesa de um Estado mínimo.

Os Estados procura então preservar o capital das possíveis repercussões das forças anticapitalistas. Para tanto, fizeram uso do cassetete, restringindo o campo das liberdades civis de forma até então inédita (a contenção suspendeu, por lei e de fato, o exercício das liberdades de movimento, aglomerações e manifestação em todos os estados onde foi decretado), reduzindo o Estado de Direito vertiginosamente, ao mesmo tempo que amplia o campo e multiplica os meios de vigilância e controle [28]. Os governos aproveitaram do momento da pandemia, para redobrar a ideologia de (in)segurança, jogando com o medo ou mesmo o pânico das pessoas, procurando provocar ou reforçar assim um reflexo "legitimista" para gerar a tal "União Sagrada" e silenciar os instigadores da dissidência social e do conflito político, mesmo obtendo a colaboração ativa de uma parte da população que se entregou às alegrias perversas das delações, e às vezes sendo convidados pelas próprias autoridades. As chamadas democracias ocidentais adotaram, em poucas semanas, as medidas de vigilância das populações que seus líderes denunciaram como a própria à ditadura exercida pelo chamado Partido Comunista da China.

# Estudos do Trabalho

Ano XIV – Número 25 – 2020

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

Finalmente, os Estados prepararam o retorno ao "normal" e asseguraram certas condições de possibilidade de um apuramento da crise, notavelmente ao abrir caminho para o agravamento da exploração capitalista (marcantemente através das restrições impostas à legislação trabalhista: a autorização para prolongar a duração do trabalho, de flexibilizar o uso da força de trabalho, etc., sem definir seu escopo e a duração da aplicação na França, suspensão do direito de greve como em Portugal), para permitir de compensar o déficit de capital, aumentou-se a austeridade orçamentária para lidar com o aumento da dívida pública. Significativa foi a ausência de medidas coercitivas para conter as demissões, além da gestão parcial do desemprego técnico, que foram inclusive incentivados. Os governos apostaram claramente no efeito que o atual aumento do desemprego em curso terá como resultado nos próximos meses um agravamento do desequilíbrio de poder entre capital e trabalho.

Mas, ao mesmo tempo, essa gestão da crise pelo Estado corre o risco de agravar as dificuldades do capital, tanto a curto como a longo prazo. Por um lado, qualquer continuação e agravamento da austeridade fiscal (envolvendo cortes claros nas instalações coletivas e serviços públicos) obstrui as possibilidades subseqüentes de desenvolvimento capitalista, impedindo-a, em particular, de obstruir os efeitos de pandemias ainda mais severos em um futuro próximo. Com as mesmas causas tendo os mesmos efeitos, qualquer retorno ao *status quo ante* corre o risco de criar condições para novas pandemias e crises globais, ainda pior do que a que estamos experimentando.

Tendo sido assumida pelos vários Estados, a gestão da crise e suas conseqüências só exacerbaram a distorção entre uma economia capitalista "globalizada" e centros de poder que permanecem essencialmente nacionais e preocupados com os interesses nacionais, portanto prisioneiros de rivalidades e conflitos entre eles e entre os conglomerados de capital que eles em prioridade representam. Daí a falta de solidariedade e cooperação entre eles na gestão imediata da crise, não somente em relação direta a questão da saúde, mas também em seus aspectos econômicos e financeiros. As disputas

# Estudos do Trabalho

Ano XIV – Número 25 – 2020

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

dos mercadores com os funcionários da zona euro, incapazes de concordar com um mínimo de solidariedade financeira entre eles (mutualização das dívidas públicas), na forma de, por exemplo, a emissão de títulos pela União Europeia como tal (*eurobonds*), deram-nos um exemplo ruim, sem fornecer a efetiva implementação do projeto de empréstimo da União Europeia no valor de 500 bilhões de euros adiantados na segunda-feira, dia 18 de maio pela “associação” Macron-Merkel.

Finalmente, esse novo resgate estatal de capital, vindo após a crise financeira de 2007-09, elevou as dívidas públicas a tal nível que, mesmo com a renovada austeridade fiscal, correm o risco de se tornarem insuportáveis, se não pelos estados (seus contribuintes) pelo menos por seus credores. É claro que a dívida pública apresenta, entre outras diferenças em relação às dívidas privadas, o aspecto de que elas não podem ser extintas: em sua dívida de vencimento, um empréstimo anterior (sob a forma de emissões de títulos) é pago com a subscrição de um novo empréstimo (na forma de uma nova emissão compulsória), muitas vezes através dos mesmos credores. Para que, estritamente falando, o Estado tem que servir apenas os interesses de sua dívida. No entanto, essas taxas de juros não devem ser muito altas, de modo que o montante da dívida não seja maior que a taxa de juros corrente. No entanto, quando o montante da dívida aumenta, temendo uma possível inadimplência por parte do mutuário, os credores tendem a aumentar as taxas, incluindo um prêmio de risco que cresce proporcionalmente à dívida. E, assim que a taxa de endividamento excede a taxa de crescimento do PIB, a dívida tende a aumentar mecanicamente, uma vez que sua carga (juros a pagar) supera então as receitas fiscais que, exceto para aumentar a taxa de pressão fiscal, acompanham a taxa de crescimento do PIB, enquanto a capacidade dos Estados de impulsionar o PIB são simultaneamente limitadas pela carga de suas dívidas. É em tal situação que um número crescente de Estados (inclusive na Europa entre os Estados-Membros da zona do Euro, particularmente a Itália) provavelmente se encontrará em tal situação, com o tempo em que eles têm de se declarar num estado de interrupção do pagamento ou mesmo simplesmente rejeição a sua dívida; ou realizar uma profunda reforma tributária, impondo



# Estudos do Trabalho

Ano XIV – Número 25 – 2020

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

seriamente capital, altos rendimentos e grandes fortunas, sem poder pressionar ainda mais os rendimentos baixos e médios; ou, finalmente, aumentar a inflação a fim de pagar seus credores em “dinheiro não cambiável”, ou seja, fraudar os seus credores[29]. Soluções tão insatisfatórias como as outras do ponto de vista dos interesses que esses Estados devem defender; porque, de qualquer forma, para salvar os investidores institucionais (bancos, companhias de seguros, fundos de investimento, fundos de pensão, etc.) compradores de títulos da dívida pública, eles teriam que arrancar dos poupadores com esses mesmos títulos, cujos investidores institucionais centralizam a poupança.

Acima de tudo, e é isso que nos interessa aqui, a gestão da crise pelo Estado nos lembrou que, como essa relação social que é capital não é mais capaz de garantir a reprodução social (a reprodução da sociedade, as condições básicas da vida social, começando pela manutenção da população), é o Estado que deve entrar (ou entrar novamente) em cena, certamente primeiro para salvar o capital como vimos, mas também para preservar a sociedade como um todo. Essa crise nos lembrou que, em uma sociedade fragmentada e dividida pela predominância do interesse particular como é a sociedade capitalista, o interesse geral só pode ser realizado através e na forma desse corpo colocado na aparência, mas também em parte fora e acima da sociedade que é o Estado. E, como tal, o Estado é um fator e vetor de uma lógica econômica diferente daquela que o capital busca imediatamente, caracterizado precisamente pela realização prioritária do interesse geral, uma organização da produção social finalizada pela satisfação das necessidades sociais e um cálculo econômico que ignora a rentabilidade imediata do mercado para estabelecer somente as considerações das quantidades a serem produzidas e os meios disponíveis para produzi-las; em suma, mais preocupado com o valor de uso do que com o valor de câmbio, por ser capaz de estabelecer controles de preços ou mesmo preços administrados [30].

Assim, a emergente necessidade de manter as forças produtivas sociais, os meios de produção e a força de trabalho, levou o Estado a abrir a portinhola dos gastos públicos,

# Estudos do Trabalho

Ano XIV – Número 25 – 2020

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

apoiando empresas e famílias, sem se preocupar com o equilíbrio orçamentário ou com o aumento da dívida pública, postulando que havia riqueza suficiente e previamente produzida (sob a forma de reservas monetárias) para garantir o presente e preservar o futuro, mobilizando os ganhos do passado. Da mesma forma em que houve a necessidade de colocar à disposição e rapidamente máscaras e aparelhos respiratórios enormemente requisitados. Houve também o incentivo ou mesmo liminar para converter oficinas de empresas têxteis ou mecânicas em produtoras dessas mercadorias, ainda que as conquistas tenham permanecido modestas e às vezes medíocres. No entanto, a necessidade de preservar o corpo social levou à cessação de todas as produções não imediatamente necessárias à sociedade, arbitrando entre o útil e o fútil, ou então entre o benéfico e o prejudicial - muitas vezes, é verdade, sob pressão dos trabalhadores.

Esses ensinamentos não são novos nem surpreendentes para aqueles a quem a tradição socialista não é estranha. Comumente denunciados como idosos do século XIX ou ridicularizados como naufrágios dos naufrágios de experimentos socialistas do século XX, eles acabaram de recordar sua total relevância e validade. Teremos que lembrar disso nas próximas crises de reprodução do capital, que serão ainda menos adiadas, pois terão mais rapidamente retornado ao seu curso anterior. Ainda assim, será necessário lembrar que o socialismo não se confunde com o estatismo; que a socialização da produção a ser realizada assume a forma de Estado apenas enquanto as relações capitalistas de produção forem mantidas; e que a superação destes deve fazê-lo tomar outras formas, combinando a autogestão das unidades produtivas com o planejamento democrático da produção como um todo.

**6.** A extrema fragilidade da infraestrutura produtiva do capitalismo não se deve apenas ao caráter transnacional que assumiu nas últimas décadas, mencionado acima. A transnacionalização só acentuou uma fragilidade estrutural que decorre da propriedade privada dos meios sociais de produção: o fato de que esses meios de produção são implementados dentro e por empresas privadas, separados uns dos outros e até

# Estudos do Trabalho

Ano XIV – Número 25 – 2020

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

parcialmente opostos uns aos outros, ao mesmo tempo em que são forçados a cooperar através da troca comercial de seus produtos (bens ou serviços). Se essa troca acaba por irromper, por uma razão ou outra, numa crise de saúde, numa crise econômica ou ainda crise política, e é todo o aparato de produção que se decompõe. Cabe então ao Estado assumir, estruturalmente prejudicado por sua natureza burocrática e pelos limites impostos a ele pela propriedade privada que pretende preservar e impor. Sem mencionar a mediocridade ordinária dos governantes, tanto intelectual quanto moralmente (pois existe uma ambição mais medíocre do que a de querer governar os homens?), os próprios governantes prisioneiros dos interesses de classe que representam e os interesses dos órgãos aos quais pertencem, e com os quais eles fazem barreiras.

Se, apesar da fragilidade estrutural da infraestrutura produtiva do capitalismo e dos limites da ação paliativa do Estado, a saúde e a crise social não assumiram mais seriedade, é devido a outro fator: a capacidade de autoatividade (automobilização, auto-organização, autogestão, etc.) de "pessoas", que terão tomado múltiplas formas, dando origem a diversas práticas que terão todos como seus princípios autonomia (contando com os próprios pontos fortes) e solidariedade (o nós é mais importante que o eu). É essa capacidade de autoatividade que muitas vezes terá imposto, através do exercício do direito de retirada, pela ameaça de ação de greve ou pelo uso efetivo da ação de greve, a cessação de atividades produtivas não essenciais à busca da vida social e a adoção das medidas de segurança mais básicas para viabilizar a continuidade das atividades produtivas mais essenciais. É essa capacidade que levou as empresas, os artesãos, e particulares a fazer máscaras de proteção quando o governo não pôde distribuí-las, por não manter seus estoques anteriores. É a autoatividade dos profissionais de saúde, sobretudo nos hospitais e no Ehpad, que buscam compensar, por um trabalho adicional, pela invenção dos meios de fortuna (sacos de lixo como "bloqueadores", esconde-esconde como máscaras, etc.), pela reorganização de serviços inteiros (para liberar espaço para serviços de ressuscitação), ao custo de sua fadiga e do risco de sua contaminação, a cruel falta de recursos que esses funcionários haviam denunciado por muito tempo; que fará um médico

# Estudos do Trabalho

Ano XIV – Número 25 – 2020

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

de emergência dizer: "O sentimento dos funcionários, de todas as categorias, é que as administrações não foram úteis no período e que alguma forma de autogestão baseada em iniciativas individuais era a solução certa. Isso abre perspectivas para o futuro em torno de um velho *slogan* que já não parece tão desgastado: "poder para os trabalhadores." É também a autoatividade que pode ser encontrada no princípio do desenvolvimento de práticas de ajuda mútua entre vizinhos (fazer compras, manter as crianças, etc.) e auxiliar os mais necessitados [33]. É ela quem terá dado à luz uma surpreendente infinidade de eventos e criações, alguns em apoio aos trabalhadores da saúde (como os concertos de aplausos ou potes nas varandas no início da noite), outros a denunciar em um modo raivoso, humorístico ou onírico que descuidado e mentiras dos governantes, que o absurdo e a desumanidade do sistema capitalista, a angústia gerada pela pandemia e contenção, a determinação de responsabilizar quando chegar a hora e lutar para que "nunca mais isso!", etc.

Que essa capacidade de autoatividade se manifesta precisamente em um momento em que a fragilidade das relações capitalistas de produção e os limites da ação estatal não devem nos surpreender. É que, enquanto o capital e o Estado funcionam normalmente, essa capacidade de autoatividade permanece invisível, subterrânea, ao mesmo tempo reprimida, relegada e explorada por eles. É quando essas estruturas opressivas se tornam fracassadas que ela aparece ao ar livre como a própria base da vida social, seu primeiro e último recurso. É, portanto, também sobre ele que teremos que contar e apostar nas próximas crises do tipo que acabamos de vivenciar e a partir do qual ainda não saímos, que não deixarão de se repetir com o retorno ao 'normal', para amortecer seu choque, mas também para aproveitar isso, embarcando no caminho da emancipação social. Pois a derrubada revolucionária do capitalismo não requer nada além da implantação de toda a vida social e da institucionalização na forma de estruturas adequadas dessa capacidade de autoatividade da sociedade.

# Estudos do Trabalho

Ano XIV – Número 25 – 2020

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

7. Uma última lição a ser aprendida com a crise atual em curso que define os riscos de tal reversão. Ao precipitar na radicalização, esta crise confirmou tendências de longa data do capitalismo [34], ou seja, sua incapacidade de preservar até mesmo seus próprios ganhos, seja em termos de prosperidade material, saúde pública, constituição e consolidação do espaço público (incluindo o exercício das liberdades civis, bem como a mera liberdade de circular sem ser apreendido ou parado nas ruas, de sentar-se em um terraço de café, de trocar palavras ou sorrisos com vizinhos, apertos de mão e abraços entre amigos/as e autonomia individual, de Estado de direito e racionalidade. Em outras palavras, revelou a ameaça mortal que sua perpetuação representa para a civilização humana, mais radicalmente até mesmo para a humanidade e mais amplamente para os vivos. Nestas circunstâncias, o movimento revolucionário deve agora se apresentar como defendendo não apenas os interesses do proletariado (que já é a maioria da humanidade contemporânea), mas, de forma mais ampla e radical, os de toda a humanidade, compreendidos tanto na extensão quanto na compreensão.

Mas uma humanidade cuja crise atual nos lembrará que não é na natureza como "um império em um império" (como Spinoza já declarou), mas que ela é uma parte integral e, portanto, dependente dela, de modo que o humanismo revolucionário também deve ser um naturalismo realizado. Onde encontramos uma das intuições do jovem Marx:

“O comunismo é a abolição positiva da propriedade privada, da autoalienação humana e, pois, a verdadeira apropriação da natureza humana através do e para o homem; ele é, portanto, o retorno do homem a si mesmo como um ser social, isto é, realmente humano, um regresso completo e consciente que assimila toda a riqueza da evolução precedente. O comunismo como um naturalismo plenamente desenvolvido é humanismo e como humanismo plenamente desenvolvido é naturalismo. É a resolução definitiva do antagonismo entre o homem e a natureza, e entre o homem e seu semelhante. É a verdadeira solução do conflito entre existência e essência, entre objetificação e

# Estudos do Trabalho

Ano XIV – Número 25 – 2020

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

autoafirmação, entre liberdade e necessidade, entre indivíduo e gênero. É a resposta ao enigma da História e tem conhecimento disso.” [35]

## NOTAS

[1] Algumas dessas lições foram aprofundadas nas reflexões já delineadas nos meus dois artigos anteriores publicados no site A l'encontre: “Pour une socialisation de l'appareil sanitaire”, 18/03/2020; e “Trois scénarios pour explorer le champ des possibles à l'horizon de la sortie de crise” 18/04/2020. E obrigado a Charles-André Udry por suas sugestões que melhoraram a qualidade deste artigo.

[2] Robert G. Wallace, *Big Farms Make Big Flu: Dispatches on Infectious Disease, Agribusiness, and the Nature of Science*, Monthly Review Press, New York, 2016. Pour la présentation de ses thèses, je me suis servi de *Revue Chuang*, « Contagion sociale: guerre de classe microbiologique en Chine », *Imprecor*, n°672-673, marso-abril 2020, p. 16-17 ; entrevista « Where did coronavirus come from, and where will it take us? » <http://unevenearth.org/2020/03/where-did-coronavirus-come-from-and-where-will-it-take-us-an-interview-with-rob-wallace-author-of-big-farms-make-big-flu/>; e de Rob Wallace et alii, « Covid-19 et les routes du capital », <https://www.contretemps.eu/covid-19-routes-capital-wallace/>

[3] Em particular, há temores sobre micróbios e vírus, atualmente contidos no *permafrost*, que pode ser liberado pelo degelo deste último como resultado do aquecimento global. Começando pela varíola, que foi completamente erradicada pela vacinação.

[4] Cf. Testemunho de Bruno Canard, « En délaissant la recherche fondamentale, on a perdu beaucoup de temps », *L'Humanité*, 19/03/2020.

[5] A ponto de causar desastres à saúde, como o consumo excessivo de antibióticos (que teria encorajado o desenvolvimento de micróbios resistentes) ou como os causados pela

# Estudos do Trabalho

Ano XIV – Número 25 – 2020

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

prescrição imprudente de opiáceos nos Estados Unidos como analgésicos (com os efeitos viciantes que imaginamos), sob pressão de empresas farmacêuticas em ambos os casos.

[6] Cf. Claude Angeli, «L’Internationale barbouze avait prévu la pandémie», *Le Canard Enchaîné*, 8/04/2020.

[7] As informações coletadas neste neste paragrafo e no próximo provém de *Pièces et main-d’œuvre*, « Le virus à venir et le retour à l’anormal », Disponível em: [http://www.piecesetmaindoeuvre.com/spip.php?page=resume&id\\_article=1287](http://www.piecesetmaindoeuvre.com/spip.php?page=resume&id_article=1287)

[8]É claro que tais informações podem dar origem ou assumir a tese da conspiração que se espalhou nas últimas semanas, tornando a pandemia atual o resultado de manobras deliberadas pelas autoridades chinesas. Se tal tese é delirante, não é o caso daquele que a vê como o resultado acidental de um "vazamento" viral de um dos laboratórios de Wuhan. Mas não é necessário recorrer a essa hipótese, por mais plausível que seja, uma vez que o vírus SARS-CoV-2 existe em seu estado natural.

[9] Eu empresto este delicioso neologismo do grupo *Pièces et main-d’œuvre*.

[10] Coralie Hancock, « Pour comprendre la pénurie de médicaments », *Science et vie*, n°1231. Disponível em: <https://www.science-et-vie.com/corps-et-sante/les-cles-pour-comprendre-la-penurie-de-medicaments-54872>

[11] Cf. <https://www.penuriesdemedicamentscanada.ca/?short=50>

[12] Cf. <https://www.em-consulte.com/en/article/698534> et <https://www.usinenouvelle.com/article/une-penurie-alarmante-de-medicaments-aux-etats-unis.N158101>

[13] Uma observação semelhante pode ser feita sobre segurança alimentar. Como a indústria agroalimentar tornou-se não menos globalizada do que outros setores, a desorganização das "cadeias de valor" privando, assim, os agricultores e industriais de certos insumos (por exemplo, farelo de soja do Brasil para os pecuaristas) ou seus mercados tradicionais de exportação. Sem mencionar a escassez de mão-de-obra sazonal, que muitas vezes é imigrante.

[14] Eu assumi os termos de realocação e realocização por falta de termo melhor, embora eles possam ser confusos e discutidos, e é por isso que eu as coloquei entre aspas. A escala espacial que eles designam não é a de localidade geográfica ou administrativa. Entre outras coisas, a "globalização" teve o efeito de modificar (dilatando, mas também contraindo) as escalas anteriores, modificando as dimensões, arrancando assim qualquer aparência de naturalidade para

# Estudos do Trabalho

Ano XIV – Número 25 – 2020

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

revelar a natureza das construções sociais. As dimensões dos "lugares" que delinearão os espaços nos quais as atividades produtivas serão "realocadas" serão essencialmente definidas pelas decisões de seus ocupantes (residentes) de acordo com o perímetro dentro do qual podem e exercerão sua soberania (seu poder sobre suas condições materiais e institucionais de existência).

[15] Este é particular o caso no setor agroalimentar: muitos de nossos alimentos viajam centenas ou mesmo milhares de quilômetros entre suas plantas e nossos pratos, a distância é ainda maior à medida que passam por mais transformações entre os dois. Cf. Gilles Grolleau, Lucie Sirieix et Burkhard Schaer, « Les kilomètre alimentaires: de la compréhension du concept à la complexité de la réalité », *Revue d'économie régionale & urbaine*, 2010, n°5, Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-d-economie-regionale-et-urbaine-2010-5-page-899.htm>

[16] Sua contribuição é da ordem de 22% a nível da UE; cf. <https://www.ecologique-solidaire.gouv.fr/sites/default/files/OPSTE43F>. É na ordem de 24% globalmente; cf. <https://www.statistiques.developpement-durable.gouv.fr/sites/default/files/2019-05/datalab-46-chiffres-cles-du-climat-edition-2019-novembre2018.pdf>

[17] Cf. Benjamin Markowicz, « Responsabilité pénale des ministres devant la Cour de justice de la République, l'“affaire du Covid-19”: les dés sont-ils pipés ? », Disponível em: <https://www.village-justice.com/articles/responsabilite-penale-des-ministres-devant-cour-justice-republique-affaire,35051.html>

[18] Cf. « Pour une socialisation de l'appareil sanitaire », op.cit..

[19] É a natureza centrada no hospital do sistema de saúde francês que devemos, por exemplo, ter que esperar até 1 de Abril para que as vítimas do Covid-19 em Ehpad sejam contadas.

[20] Melhorar o estado de saúde da população exigiria muito mais ações e medidas, começando pela melhoria das condições de trabalho, cuja condição precária gera doenças e acidentes ocupacionais (especialmente no setor de obras públicas), uma redução drástica da poluição dos elementos naturais (ar, água, solo), uma verdadeira política de saúde em termos de higiene alimentar Etc.

[21] Cf. Anne Laferrère, Erwan Pouliquen et Catherine Rougerie (coord.), *Les conditions de logement en France*. Edition 2017, Insee, Paris, 2007, p. 141, 145, 147. Disponível em: <https://www.insee.fr/fr/statistiques/2586377>.

[22] Cf. respectivamente [https://en.wikipedia.org/wiki/Project\\_Gutenberg](https://en.wikipedia.org/wiki/Project_Gutenberg) e [https://en.wikipedia.org/wiki/Google\\_Books](https://en.wikipedia.org/wiki/Google_Books)



# Estudos do Trabalho

Ano XIV – Número 25 – 2020

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

[23] Também terá revelado como essas desigualdades geram pobreza e miséria, mesmo em seus aspectos mais vitais. Cf. por exemplo Jean Tortrat, « La faim sur Clichy-sous-Bois-Montfermeil », *Un virus très politique*, n°6, Syllepse, 04/05/2020, p. 138-140. Disponível em: [www.syllepse.net](http://www.syllepse.net) .

[24] Na França, 78% do serviço público hospitalar é do sexo feminino; cf. [https://www.fonction-publique.gouv.fr/files/files/publications/rapport\\_annuel/CC-egalite-2017.pdf](https://www.fonction-publique.gouv.fr/files/files/publications/rapport_annuel/CC-egalite-2017.pdf). E a equipe do Ehpad é 87-89% feminizada; cf. <https://www.rc-humanrecruitment.com/booster-parite-diversite-ehpad-2/>

[25] Cf. Sandra Lorenzo, « Face au coronavirus et au confinement, pourquoi les femmes paient un si lourd tribut », *Huffingtonpost*, 10/05/2020, [https://www.huffingtonpost.fr/entry/face-au-coronavirus-et-au-confinement-pourquoi-les-femmes-paient-un-si-lourd-tribut\\_fr\\_5eb2a7d9c5b6cd82c94971ef](https://www.huffingtonpost.fr/entry/face-au-coronavirus-et-au-confinement-pourquoi-les-femmes-paient-un-si-lourd-tribut_fr_5eb2a7d9c5b6cd82c94971ef)

[26] Cf. Coletivo Afro-feminista Mwasi, « Coronavirus, racisme d'État et néolibéralisme à la française », *Un virus très politique*, n°6, op. cit., p. 221-225 ; e « Inégalités socio-raciales et coronavirus », *De facto*, n°19, 05/2020. Disponível em: <http://icmigrations.fr/defacto/defacto-019/>

[27] Grégoire Normand, « Covid-19: le FMI anticipe une forte hausse de la dette publique mondiale », *La Tribune*, 15/04/2020. Disponível em: <https://www.latribune.fr/economie/international/covid-19-le-fmi-anticipe-une-forte-hausse-de-la-dette-mondiale-845124.html>

[28] Cf. A implementação, efetiva ou prevista, do reconhecimento facial digital ou rastreamento computacional de movimentos individuais por meio de pulseiras eletrônicas ou *smartphones*, para o maior benefício potencial dos proponentes da mineração de dados ou exploração informatizada de dados digitais, em primeiro lugar os serviços policiais, mas também o Gafam.

[29] Para mais detalhes sobre essas e outras opções, cf. Laurent Cordonnier, « Qui va payer la dette publique ? », *Le Monde Diplomatique*, maio de 2020 ; Christian Chavagneux, « Qui va payer les dettes de la crise ? », *Alternatives Économiques*, n°401, maio de 2020 ; Michel Husson, « L'économie mondiale en plein chaos », Disponível em: <http://alencontre.org/laune/leconomie-mondiale-en-plein-chaos.html>; et François Chesnais, «

# Estudos do Trabalho

Ano XIV – Número 25 – 2020

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

Rapport politique entre capital et travail et règlement de la dette publique », Disponível em: <http://alencontre.org/europe/france/france-rapports-politiques-entre-capital-et-travail-et-reglement-de-la-dette-publique.html>

[30] Mas isso acontece em outras circunstâncias de perigo, como guerras. Para fazer uma comparação, cf. Thomas Irace e Ulysse Lojkine, « Économie de pandémie, économie de guerre », Disponível em: <https://legrandcontinent.eu/fr/2020/05/12/economie-de-pandemie-economie-de-guerre/>.

[31] É claro que o grande problema é como o Estado mobiliza essas reservas: cobrando-as sob a forma de impostos ou emprestando-as a seus titulares. Mas, em ambos os casos, é graças a essas reservas, um acúmulo de riqueza produzida anteriormente, que o presente e o futuro foram assegurados e preservados.

[32] *Un virus très politique*, n°7, Syllepse, 11 maio 2020, p. 5-6, Disponível em: [www.syllepse.net](http://www.syllepse.net).

[33] Essas práticas de autoajuda até viram o início da federalização: cf. Na França a rede *Covid-entraide* <https://covid-entraide.fr/> ; no Brasil, a rede *Resocie* <https://resocie.org/>; na Espanha, a rede *Reas* <https://www.reasred.org/> ; etc.

[34] Cf. « Prendre au mot la dimension mortifère du capitalisme », 9 junho 2010, Disponível em: <https://alencontre.org/debats/prendre-au-mot-la-dimension-mortifere-du-capitalisme.html>

[35] Marx, *Manuscrits de 1844*, Paris, Les Éditions Sociales, 1972. Disponível em: [http://classiques.uqac.ca/classiques/Marx\\_karl/manuscrits\\_1844/Manuscrits\\_1844.pdf](http://classiques.uqac.ca/classiques/Marx_karl/manuscrits_1844/Manuscrits_1844.pdf)